

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI
33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA, DIA 23/11/2010

ITEM 85

Processo: TC-1.616/026/08.
Prefeitura Municipal: Itaju.
Exercício: 2008.
Prefeito(s): Fátima Terezinha Camargo Guimarães.
Advogado(s): Milton Flávio de A. C. Lautenschläger e outros.
Acompanha(m): TC-001616/126/08.
Auditada por: UR-2 - DSF-I.
Auditoria atual: UR-2 - DSF-I.

O processo em pauta trata das CONTAS DO
EXECUTIVO MUNICIPAL DE ITAJU, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2008.

A fiscalização "in loco" foi realizada pela
Unidade Regional de Bauru - UR / 2 que, em relatório juntado
às fls. 27/70 dos autos, apontou falhas, as quais foram
parcialmente justificadas, por ocasião da juntada da defesa,
às fls. 80/113 dos autos.⁽¹⁾

Não obstante, as razões apresentadas, a ex-
Prefeita, foi novamente notificada em razão da divergência
ocorrida em relação ao percentual aplicado dos recursos
advindos do Fundeb, isto porque, na instrução dos autos a
auditoria afirmou que o Município atendeu a regra do § 2º do
artigo 21 da Lei nº 11.494/07, entretanto, a unidade
especializada da Casa, diferentemente, conclui, que somente
93,72% dos recursos do Fundeb, foram gastos até 31/12/2008.

Em face da nova notificação, a responsável
apresentou suas razões de defesa, juntadas essas às fls.

¹ Planejamento e Execução Física; Execução Orçamentária; Licitações,
Execução Contratual; Ordem Cronológica de Pagamentos, Pessoal;
Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais; Restrições de Último ano de
Mandato; e Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações deste
Tribunal.

130/136, acompanhadas de farta documentação, que estão às fls. 137/200 dos presentes autos.

Os Órgãos Técnicos da Casa (Assessorias Econômica e Jurídica de ATJ e Chefia), após analisarem todo o processado, **concluem pela emissão de parecer favorável às contas ora em exame, com recomendações e ressalva.**

É O RELATÓRIO.

VOTO.

AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE ITAJU, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2008, foram apresentadas com falhas de ordem formal, e as incorreções constatadas quando da inspeção "in loco", foram sanadas, em parte, por ocasião da juntada da defesa, sendo as remanescentes insuficientes para afetar as contas, cabendo, recomendações e ressalva.

Quanto à aplicação dos recursos advindos do FUNDEB, após a juntada da complementação da defesa, os órgãos técnicos da Casa, concluíram que a Administração Municipal deu atendimento ao artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, tendo sido aplicado 96,75% dos recursos do Fundeb, sendo que, os 3,26% restantes, foram aplicados no 1º Trimestre do ano seguinte, o que é aceito por este E. Tribunal.

Assim, considerando as manifestações unânimes dos Órgãos Técnicos da Casa e atendidos os índices constitucionais e legais, como por exemplo:

- **Ensino** (art. 212 da CF) o percentual aplicado foi de 28,66%, das receitas de impostos, próprios e transferidos. Já dos recursos advindos do **Fundeb**, 100% desses recursos foram destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino básico (96,74% mais 3,26% aplicados nos 1º Trimestre do exercício

seguinte), sendo que, deste total, 77,68%, foram direcionados aos Profissionais do Magistério; e

- Pessoal e Reflexos: 42%; Saúde: 17,13%; e
Execução Orçamentária: superávit de 0,32%.

Pelo exposto, VOTO PELA EMISSÃO DE **PARECER FAVORÁVEL** À APROVAÇÃO DAS CONTAS EM EXAME, EXCETUANDO-SE OS ATOS PORVENTURA PENDENTES DE APRECIÇÃO POR PARTE DESTA TRIBUNAL.

À margem do parecer, acolho as recomendações propostas pela Assessoria Técnica de ATJ, às 118/122 dos presentes autos, especialmente aquelas relacionadas aos Royalties, Licitações e Pessoal, as quais deverão ser encaminhadas por ofício.

À UNIDADE REGIONAL DE BAURU/UR-2, determino que em próxima inspeção certifique-se das providências anunciadas por ocasião da juntada da defesa.

Ressalvo para instrução complementar em autos apartados a questão relativa à acumulação de cargos pelo Vice-Prefeito. Determino, ainda, que o apartado a ser formado, aguarde a decisão que vier a ser tomada nos autos apartado do TC-2087/026/07, evitando-se com isso conflito de decisões.

É O MEU VOTO.

SÃO PAULO, 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO RELATOR

Alp.